

Jovens militantes de diferentes quadrantes políticos sentaram-se à mesma mesa



No dia 12 de outubro, a AIDGLOBAL organizou um *Dialogue Dinner* subordinado ao tema “O Papel dos Jovens Políticos no alcance dos ODS”, no âmbito do encerramento do projeto “[Jovens na Política](#)”. O evento decorreu no Centro de Juventude de Lisboa (CJL) do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e reuniu jovens militantes de diferentes quadrantes políticos (BE, JCP, JP, JS e JSD), convidados do meio académico, de entidades públicas e da sociedade civil para debaterem medidas políticas relacionadas com os ODS e Agenda 2030. No final, os participantes foram desafiados a escolher um dos ODS, tornando-se agentes dinamizadores de mudança. Saiba mais, [aqui](#).

No final, os participantes foram desafiados a escolher um dos ODS, tornando-se agentes dinamizadores de mudança. Saiba mais, [aqui](#).



Conferência de encerramento do projeto Urbagri4Women

A AIDGLOBAL organizou a conferência “Agricultura Urbana e Desenvolvimento — Contributo de e para Mulheres Migrantes e Refugiadas” que, a 8 de novembro, no Museu da Cerâmica de Sacavém, assinalou o final do Projeto “[Urbagri4Women](#)”.

A sessão contou com mais de uma centena de participantes, entre parceiros nacionais e internacionais do projeto, tendo sido, também, convidadas entidades públicas, membros e voluntários da AIDGLOBAL. Saiba mais, [aqui](#).

AIDGLOBAL celebrou o aniversário da sua fundação



"AIDGLOBAL ACONTECE" assinalou o 13º aniversário da Organização, no final do dia da conferência que marcou o encerramento do projeto "Urbagr4women" e que culminou com um jantar-concerto, que teve a colaboração do músico moçambicano Malenga e de Sebastião Antunes com alguns elementos da sua banda. Este compositor e intérprete nacional surpreendeu os presentes com a ante-estreia do Hino da AIDGLOBAL que deverá ser lançado no

próximo ano. Saiba mais, [aqui](#)



O projeto GVETS publica o seu primeiro trabalho de pesquisa (Métodos de ensino para crianças migrantes agora disponíveis via ebook!)



O projeto "[GVETS](#)" divulga, *online*, a sua primeira publicação, um trabalho de pesquisa, em formato digital ([e-book](#)), que dá a conhecer a análise efetuada por um consórcio dos 7 países europeus, parceiros do projeto, relativamente a oportunidades de formação, metodologias e práticas direcionadas para profissionais sociais que trabalhem com crianças migrantes, no âmbito do programa interdisciplinar

de formação a nível europeu. Saiba mais, [aqui](#).



NA PRIMEIRA PESSOA Tito Campos e Matos, Diretor do CAR



As perspetivas sociológicas e humanitárias têm constituído o cerne dos interesses do Dr. Tito Campos e Matos, o que o levou a licenciar-se em Sociologia no ISCTE e a concluir o mestrado em Produção, Sociedade e Território no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), Universidade de Lisboa. É, atualmente, o diretor do Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR), localizado na Bobadela, concelho de Loures, instituição criada no âmbito do Conse-

lho Português para os Refugiados (CPR), uma Organização não-governamental para o Desenvolvimento (ONGD) onde, também, exerceu o cargo de Coordenador de Projetos, durante 11 anos.

1. O tema da sua tese de mestrado denota, já, um profundo interesse por aqueles que são forçados a abandonar os seus países para salvaguardarem as suas vidas.

O que é que, no seu percurso vivencial e profissional, o levou a trabalhar com e em prol dos refugiados?

Desde o liceu que tinha um particular interesse pelas questões dos Direitos Humanos e pelas áreas da imigração e dos refugiados em concreto. No entanto, acabei por começar a trabalhar nesta área um pouco por acaso. Em 2000, terminei a minha licenciatura em Sociologia e Planeamento e comecei a trabalhar em projetos de investigação no CIES/ISCTE, no CET/ISCTE e no INESLA/ISCTE. Desde o início, senti que apesar de gostar daquilo que fazia, não era exatamente aquilo que eu procurava. O que queria mesmo era trabalhar na intervenção social, diretamente com os públicos-alvo, com as pessoas.

Foi então que surgiu a oportunidade de me candidatar a uma vaga no CPR (O CPR estava à procura de alguém para abrir um novo serviço de emprego dirigido aos refugiados). Ao mesmo tempo, surgiu também uma oportunidade para me candidatar a uma outra organização que apoiava a população toxicodependente de Lisboa.

O processo de recrutamento no CPR passou por várias fases e, na última, fui entrevistado pela Dra. Maria Teresa Tito de Moraes Mendes (Fundadora e Presidente da Direcção do CPR). Percebi logo na entrevista que era ali que queria trabalhar. Não foi só pela missão e valores do CPR, não foi só porque me identifiquei de imediato com organização e com a sua forma de intervir e apoiar os refugiados, mas também porque gostei muito da Presidente da Direcção do CPR. Sensibilizou-se particularmente o entusiasmo com que falava do trabalho do CPR e a coerência e clareza como apresentava as principais necessidades e dificuldades dos refugiados. Acabei por ser selecionado e foi ali que comecei a trabalhar no dia 3 de dezembro de 2001. Em 2011, concluí também uma tese de mestrado nesta área.

2. Portugal é uma das nações que tem vindo a acolher alguns dos que foram obrigados a fugir bem como os que partiram em busca de uma melhor qualidade de vida.

Qual o ponto da situação atual dos refugiados e dos migrantes em Portugal?

Estima-se que existam cerca de 21 milhões de refugiados no mundo. Um dos principais problemas da atualidade são os chamados fluxos mistos, isto é, a dificuldade em determinar quem é refugiado e quem é imigrante; em determinadas situações, um imigrante pode até tornar-se mais tarde num refugiado, caso se veja impossibilitado de regressar ao seu país devido a um conflito armado, violação generalizada dos direitos humanos ou por um dos motivos que constam da Convenção de Genebra de 1951. Por outro lado, no mundo global, torna-se necessário rever o conceito de proteção. Tem que ser encarado numa perspetiva mais alargada, uma vez que existe todo um conjunto de novas situações que não podem ser ignoradas: reagrupamento familiar, situações humanitárias extremas, etc.

Portugal continua a ser um dos países da União Europeia que menos recebe refugiados. No entanto, o número de requerentes de proteção internacional tem vindo a crescer nos últimos anos (com exceção do ano de 2016). Em 2017,

Portugal recebeu perto de 1004 pedidos de asilo espontâneos (940+40 Menores não Acompanhados). Destes, 710 foram apoiados pelo CPR ao nível do alojamento. 60% destes requerentes são homens e são provenientes da Ucrânia, RDC e de Angola.

Paralelamente, Portugal aderiu ao Programa de Recolocação que consiste na transferência de requerentes entre Estados-Membros da União Europeia, como medida de solidariedade entre estes para aliviar os sistemas de asilo mais sobrecarregados. Depende de acordo entre os Estados-Membros e o requerente – 24 dos 28 Estados-Membros aderiram a este acordo. Portugal comprometeu-se a acolher 4574 pessoas, no âmbito do programa de recolocação, entre 2015 e 2017. Em 2017, foram recolocadas 720 pessoas.

Portugal é ainda um dos poucos países que participa no Programa de Reinstalação (apenas 35 países) que consiste na seleção e transferência de refugiados, quando a sua integração num primeiro país de asilo é impossível, para um segundo país, que aceita acolhê-los e conceder-lhes um direito de residência permanente. Em 2017, foram reinstaladas 41 pessoa, em Portugal, e, no mundo todo, apenas 75 mil foram reinstalados.

3. Os apoios governamentais e as parcerias com as organizações locais são elementos fundamentais no auxílio a essas pessoas. Qual o balanço desses apoios aos programas de reinstalação, após os momentos da grave crise por que passou o nosso país?

De um modo geral, o balanço é positivo. Ainda que sejam identificadas algumas dificuldades, o objetivo central deste programa — proporcionar proteção internacional aos seus beneficiários — foi cumprido, pelo que a procura de soluções mais eficazes para a integração de refugiados recolocados, permitindo que estes possam contribuir para o desenvolvimento do país que os acolheu, constitui uma importante mais-valia para o programa.

Não obstante o papel central desempenhado pelas entidades públicas, a existência de um conjunto alargado de organizações da sociedade civil empenhadas no acolhimento de refugiados permanece como uma oportunidade nacional.

Não obstante, impõe-se um envolvimento mais alargado, estruturado e sistemático de outros atores-chave, particularmente a nível local. O facto do acolhimento de refugiados continuar a ser consensual em Portugal, quer a nível político, quer a nível da opinião pública em geral, permanece como uma oportunidade.

As principais dificuldades estão relacionadas com a necessidade de os refugiados receberem mais informação sobre o país de acolhimento antes da partida, de receber mais apoio dos serviços públicos em Portugal ao nível da sa-

úde, educação (em particular no acesso a cursos de língua portuguesa) e serviços centrais. Numa frase, será necessário trabalhar mais a integração dos reinstalados/recolocados, dotando-os das ferramentas necessárias para que possam tornar-se autónomos e independentes de forma mais rápida e permanente.

Gostaria de deixar uma nota pessoal sobre a sugestão que está implícita na pergunta. Na minha opinião, o facto de Portugal ter vivido uma crise financeira recente é, em si mesmo, uma oportunidade, já que a chegada de refugiados e outros migrantes permitirá combater a escassez de mão-de-obra em algumas áreas; por outro lado, os refugiados e outros migrantes podem também constituir-se como fator potenciador do desenvolvimento económico e social do nosso país, trazendo consigo novas competências e novos saberes para o nosso país.

Importa, igualmente, realçar que os programas de reinstalação e recolocação contam com financiamentos europeus e internacionais específicos, pelo que não comprometem, na minha opinião, o investimento público do governo em áreas essenciais da vida dos portugueses.

Por último, parece-me essencial não associar a problemática dos refugiados à situação económica dos países que os acolhem. Os refugiados procuram a proteção que não encontraram nos seus países e o Direito ao Asilo consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção de Genebra de 1951 não pode ser condicionado por questões económicas.

4. O CAR tem tido um papel fundamental tanto no acolhimento e integração, como também abrindo portas à implementação de projetos.

O que o levou a apoiar a AIDGLOBAL na sua parceria com o projeto europeu “Urbagri4women”?

Um requerente de proteção internacional é alguém que diz ser refugiado, mas cujo pedido ainda não foi definitivamente avaliado.

Nos Centros de Acolhimento para Refugiados — Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR) e Centro de Acolhimento para Crianças Refugiadas (CACR), localizados na Bobadela e em Lisboa — o Conselho Português para os Refugiados (CPR) tem acolhido todos os requerentes, tendo como únicos critérios de admissão a apresentação de pedido de proteção em Portugal e a situação de insuficiência económica reconhecida pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteira (SEF).

Nos Centros, é assegurado alojamento inicial e alimentação, apoio jurídico, apoio social, formação em Português-Língua Estrangeira, apoio médico e medicamentoso, integração das crianças em meio escolar, transportes e comunicações, aconselhamento para o emprego e creche/jardim-de-infância “Espaço A Criança” (integrada no equipamento social “Centro de Acolhimento para Refugiados”).

Para o CPR é muito importante que os requerentes de proteção internacional desenvolvam atividades que lhes permitam ocupar os seus tempos livres e que facilitem a sua integração em Portugal, logo após a sua chegada. Os requerentes de proteção internacional que se encontram a ser apoiados pelo CPR encontram-se, ainda, na fase de admissibilidade, ou seja, ainda aguardam uma decisão sobre o seu processo de asilo. Duas das principais prioridades são a aprendizagem da língua portuguesa e que desenvolvam outras atividades de ocupação dos tempos livres, já que não podem, ainda, trabalhar.

É, neste contexto, que surge a participação neste projeto e a possibilidade de um grupo de refugiados a residir no Centro poder participar na requalificação dos espaços comuns do Centro (neste caso, o jardim). Por outro lado, consideramos que foi, também, uma oportunidade dos participantes desenvolverem novas competências ou aprofundar competências que já tinham, nesta área. Acreditamos que esta experiência pode ser útil no seu processo de integração e que alguns possam até querer trabalhar nesta área. Acresce, ainda, que este tipo de atividades fortalece o espírito de grupo e entreaajuda, o trabalho em equip, para além de contribuir para o sentimento de pertença a um espaço, neste caso, o Centro de Acolhimento.

Tito Campos e Matos

16 de dezembro de 2018



Ação e Integração para o Desenvolvimento Global

A AIDGLOBAL é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), sem fins lucrativos, que acredita na "Educação para um Mundo mais Justo e Sustentável" e promove o acesso ao livro, em Moçambique, através da criação e equipamento de bibliotecas municipais e escolares e, em Portugal, realiza projetos de Educação para a Cidadania Global nas escolas.

Rua de Moscavide, 417
1998-011 Lisboa
(+351) 218 946 028
(+351) 960 486 838
www.aidglobal.org

O presente email destina-se exclusivamente a informar e não pode ser considerado SPAM. Caso não pretenda receber informações reenvie-nos este e-mail com o assunto REMOVE. Ao abrigo do Decreto-Lei 7/2004 de 7 de janeiro, de regulação do tratamento automatizado de dados de carácter pessoal, o utilizador poderá cancelar os mesmos, conforme disposto nos artigos 21º e 22º. Qualquer solicitação nesse sentido deverá ser feita para o endereço gab.comunicacao@aidglobal.org. De salientar que se pretender anular o seu e-mail deve efectuar essa rutinação através do endereço com que recebeu esta informação, de outra forma ficaremos impossibilitados de o eliminar.